

Dívida externa: dez anos de crise

BRASÍLIA — A decretação formal de concordata pelo México, que deflagrou o debate e o processo de renegociação da dívida externa dos países do Terceiro Mundo — a chamada “crise da dívida” — completa dez anos hoje. O Brasil acerta agora o passo com os credores privados, dando solução ortodoxa para seu endividamento, com aval do Fundo Monetário Internacional (FMI) e securitização, depois de passar quase uma década tentando alternativas frustradas, que passaram pela busca de acordos sem o FMI, a moratória, o desconto e a limitação dos desembolsos à capacidade de pagamento do Tesouro Nacional.

Quando o México quebrou, em 1982, o Brasil já descumpria rotineiramente os acordos com o FMI e atrasava os pagamentos. A constatação de que a dívida era impagável nas condições e prazos originais veio ainda no Governo Figueiredo. O então ministro da Fazenda, Delfim Netto, após adotar uma política de geração de crescentes saldos comerciais para pagar a dívida,



com base na substituição das importações e na recessão, concluiu que a crise era fiscal: o Estado não gerava dólares para pagar um débito concentrado no setor público.

Com o Governo Sarney e a resistência dos credores a uma renegociação que envolvesse novos empréstimos, veio a moratória unilateral em 1987. Os minis-

tros da Fazenda, Dilson Funaro, e do Planejamento, João Sayad, promoveram um amplo debate nacional sobre o papel do FMI e seu programa de ajuste, atribuindo à dívida externa a causa maior da inflação, que voltava a crescer após o Plano Cruzado.

A moratória, porém, não arrefeceu a inflação e novos planos vieram. Sucessor de Funaro,

Bob

Bresser Pereira tentou desmistificar o papel do FMI e a redução da dívida, mas não teve tempo no Governo para fazer um acordo. Seu substituto, Mailson da Nóbrega, assinou em 1988 um acordo com o Fundo e os bancos que durou três meses. O Governo, em crise fiscal, não conseguiu gerar saldos de caixa para adquirir os dólares necessários ao pagamento da dívida, então 90% concentrada no setor público. A gestão Sarney acabou com o país ainda em moratória.

O Governo Collor tentou uma estratégia alternativa, de negociar com os bancos limites para os desembolsos, baseados na capacidade do Tesouro de gerar saldos de caixa para pagar a dívida. Enquanto isso, México, Argentina e Venezuela fechavam acordos com aval do FMI, dentro dos moldes do Plano Brady (que introduziu o modelo da securitização, ou seja, troca do débito por novos títulos de maior prazo). O mesmo modelo que o ministro Márcilio Marques Moreira adotou para dar uma solução ao endividamento.